

VIII – Segurança

Os indicadores de segurança no concelho de Gouveia, nomeadamente no que respeita à criminalidade, revelam valores baixos, à semelhança da região, considerada a mais segura do país. Para tal, contribuem as forças policiais instituídas no concelho, o Comando de Destacamento Territorial n.º 5 com um posto em Gouveia e um posto em Vila Nova de Tazem, e a Polícia de Segurança Pública na cidade de Gouveia.

1. Polícia de Segurança Pública

Em Gouveia a PSP tem como zona de intervenção os limites da área urbana da cidade, é composta por uma equipa 31 de elementos, dos quais seis são graduados. No que se refere aos equipamentos, a PSP dispõe de quatro viaturas e dois ciclomotores.

A PSP tem como missão e objectivos fundamentais:

Promover as condições de segurança que assegurem o normal funcionamento das instituições democráticas, bem como o exercício dos direitos e liberdades e o respeito pelas garantias fundamentais dos cidadãos.

1.1 Respostas

Para além do serviço de vigilância, fiscalização e prevenção, a PSP desenvolve projectos do âmbito comunitário direccionados para públicos específicos.

a) Escola Segura

O Programa Escola Segura é uma iniciativa conjunta do Ministério da Administração Interna e do Ministério da Educação que visa garantir as condições de segurança da população escolar e promover comportamentos de segurança escolar, através de vigilância das escolas e das áreas envolventes, do policiamento dos percursos habituais de acesso às escolas e de acções de sensibilização junto dos alunos para as questões da segurança. O *Programa Escola Segura* é assegurado por agentes policiais devidamente treinados e preparados para este tipo de acção, bem como por viaturas exclusivamente dedicadas à vigilância e protecção da população escolar.

De fácil identificação pela sua cor e imagem exterior, cada veículo tem sob a sua responsabilidade um conjunto de estabelecimentos de ensino e está equipado com telemóvel e uma mala de primeiros socorros.

As escolas abrangidas beneficiam, assim, de uma vigilância reforçada e de uma relação directa com os agentes policiais responsáveis pelo seu policiamento. Esta vigilância é assegurada através do patrulhamento em horários e percursos definidos de acordo com as necessidades específicas de cada escola. A PSP desenvolve, ainda, acções especiais de contacto e esclarecimento junto dos jovens.

b) Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança

O Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança, é assegurado por equipas de agentes policiais que estão especialmente preparados para lhes dar o apoio e os conselhos úteis para melhorar a sua segurança, com a colaboração de instituições que prestam ajuda domiciliária, através da troca de informações úteis para a prevenção de problemas e pela formação de profissionais dessas instituições.

Mediante um levantamento de necessidades, os idosos mais isolados poderão beneficiar da instalação de telefone no seu domicílio para que, mais facilmente, contactem as forças policiais em caso de necessidade.

c) Comércio seguro

Tem como missão a divulgação e aconselhamento de medidas de prevenção, o patrulhamento por uma equipa de agentes com especialização, nomeadamente nas zonas de maior risco, de forma a diminuir as oportunidades de delito.

d) Apoio à vítima

Com maior incidência nos crimes de violência doméstica, funciona em cooperação com outras entidades (ABPG, Centro de Saúde e Câmara Municipal), sobre a forma de aconselhamento, encaminhamento e, sempre que é necessário, o acolhimento. Em situações de emergência o alojamento transitório é feito pela Associação de Beneficência de Gouveia.

2. Guarda Nacional Republicana

Está sediado em Gouveia o Comando de Destacamento Territorial N.º 5, que comanda os postos da Guarda Nacional Republicana dos Concelhos de Gouveia, Seia e Fornos de Algodres. O concelho de Gouveia tem dois postos, um com sede em Gouveia e um com sede em Vila Nova de Tazem, com uma equipa de 55 elementos no total.

2.1 Respostas

a) Sinistralidade

Quanto aos problemas de sinistralidade, o Comando de Destacamento Territorial aplica como medidas, uma atitude repressiva e preventiva. Tem uma participação activa na Comissão Nacional de Prevenção Rodoviária e desenvolve acções de sensibilização junto da comunidade civil nesta área.

b) Segurança

O projecto Segurança Solidária tem como objectivo garantir que os diferentes sectores da sociedade contribuam para a prevenção e contenção da criminalidade.

A Segurança Solidária enquadra-se numa concepção cidadã da segurança, não só porque põe a defesa dos direitos dos cidadãos como primeira prioridade, mas também porque eles devem ser actores do seu próprio destino.

Numa primeira fase os programas da *Segurança Solidária* centrar-se-ão nas principais áreas, para prevenir e combater a criminalidade, com planos integrados envolvendo o governo, as forças de segurança, as autarquias locais e as organizações da sociedade civil, em sintonia com o Plano Nacional de Acção para a Inclusão Social.

Existem um conjunto de programas diversificados:

- Alguns de carácter eminentemente civil de combate à exclusão social (desenvolvimento económico, urbanismo, educação); e,
- Outros com uma clara componente policial a desenvolver através das forças de segurança, que são os programas de policiamento comunitário, outrora designados por policiamento de proximidade.

Aqui também os princípios orientadores da segurança comunitária se aplicam, procurando-se a cooperação estreita entre as forças de segurança e distintas entidades sociais e públicas.

Constituem linhas prioritárias de actuação as seguintes:

1. A promoção duma política integrada de prevenção e contenção da criminalidade;
2. O fortalecimento de parcerias locais com organismos governamentais, autarquias locais e da sociedade civil, nomeadamente, organizações não governamentais, iniciativa privada, fundações, empresas e outros, tendo em vista uma abordagem mais eficaz e adequada à especificidade de cada comunidade;
3. O coordenar a actuação conjunta e eficaz de todos os organismos/instituições do MAI destinados à implementação dos vários programas parcelares;
4. O fomentar a responsabilidade e a participação dos cidadãos.

Entre os vários programas que se inserem no policiamento comunitário da Segurança Solidária estão: Escola Segura, Apoio 65-Idosos em Segurança, Violência Doméstica, Crianças e Jovens em Risco, Apoio às Vítimas de Crime, Comércio Seguro, Verão Seguro, Inverno Seguro, entre outros.

O modelo de policiamento comunitário assenta numa filosofia e estratégia organizacional que permite à Guarda Nacional Republicana trabalhar em conjunto com a comunidade. Para tal existem duas estratégias principais:

- O desenvolvimento e implementação de novas formas de organização policial e novas técnicas de proximidade e visibilidade no relacionamento diário entre o guarda e o cidadão;
- O estabelecer programas específicos focados em problemas concretos e naqueles em que os grupos sociais são mais vulneráveis.

A prevalência da dimensão preventiva na acção policial constitui um factor altamente dissuasivo dos comportamentos desviantes, investindo a Guarda na concretização de partenariados e de mediações com outros actores sociais, visando a redução dos níveis subjectivos e objectivos de insegurança local, bem como a eliminação dos focos geradores de actos ilícitos.

Entre os objectivos do policiamento comunitário temos:

Aumentar o grau de integração, melhorar a comunicação e promoção da ligação com todos os actores sociais relevantes, para o aumento da qualidade de vida das populações, através da redução sustentada da criminalidade e do aumento do sentimento de segurança das populações.

Assim sendo, a GNR vem estabelecendo parcerias com outras instituições e organizações. Vejamos algumas delas:

1. Participação na CPCJR – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, no âmbito da Resolução do Conselho de Ministros, segundo o D.-L. n.º 147/99, de 1 de Setembro. Assim, a GNR, constatando a existência de uma situação de perigo, para além de intervir de imediato no âmbito da sua competência, comunica-a à entidade com competência em matéria de infância e juventude: as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens.
2. Participação no Conselho Local de Acção Social: visando, entre muitos aspectos, actividades relativas a famílias, crianças, jovens e idosos; pessoas portadoras de deficiência; jovens e adultos em situação de grande dependência, entre outros.

Neste âmbito, iniciou-se em 2003 um projecto direccionado para o apoio a pessoas com deficiência, através de um tratamento de hipoterapia, que consiste em aproveitar os movimentos tridimensionais do cavalo para estimular os músculos e articulações do paciente. É uma parceria com a Associação de Beneficência Popular de Gouveia (que dá apoio a cerca de 200 pessoas com deficiência), Câmara Municipal de Gouveia e Centro Hípico de Gouveia.

c) Criminalidade

Relativamente à criminalidade destacam-se os crimes de violência doméstica, em relação aos quais, contudo, não existe um número preciso de casos, dadas as características que envolvem este tipo de crimes, mas constituem uma das grandes preocupações das autoridades.

É nesse sentido que está em formação uma equipa de apoio EMUME – “Equipa Mulher – Menor” da Guarda Civil, constituída por duas mulheres com a missão de investigar estes

crimes, assim como o acompanhamento e encaminhamento dos casos, a funcionar no âmbito do Comando de Destacamento Territorial.

A defesa e preservação da natureza e do meio ambiente é uma das missões da Guarda Nacional Republicana, contribuindo para o equilíbrio dos ecossistemas, preocupação que obrigou a uma maior intervenção e co-responsabilização.

Neste sentido, o Serviço da Protecção da Natureza e do Ambiente da GNR, designado como SEPNA, assume o carácter de uma nova especialização, com o objectivo de dar uma resposta adequada aos problemas na área da Protecção da Natureza e do Meio Ambiente, obedecendo aos parâmetros organizacionais, operacionais e funcionais.

A Missão Geral do Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente é zelar pelo cumprimento das disposições legais e regulamentares referentes à protecção e conservação da natureza e do meio ambiente, dos recursos hídricos, assim como da riqueza cinegética, piscícola, florestal e de qualquer outra índole relacionada com a natureza e ambiente.

A Missão Geral aborda as seguintes matérias específicas para intervenção: comércio internacional das espécies da fauna e flora selvagens ameaçadas de extinção (convenção CITES); reservas, parques e florestas; prevenção de incêndios florestais, análise das causas e detecção de autores; caça e pesca; contaminação do meio ambiente: atmosfera, água, solo e acústica; ordenamento do território, controlos sanitários; campismo selvagem em áreas proibidas, protegidas ou controladas; resíduos e substâncias perigosas e proibidas; actividades extractivas; actividades perigosas ou nocivas; turismo e desportos; património histórico e artístico; outras áreas de interesse.

Também no âmbito da realização de acções de sensibilização nas escolas, através do *Programa Escola Segura*, é incluída a vertente de “Educação Ambiental”, para além de todas as outras áreas abordadas, cujos conselhos serão transmitidos através da “Mascote” do SEPNA



OLÁ, EU SOU A
MASCOTE DO
SEPNA
E QUERO AJUDAR
E ENSINAR A PROTEGER
A NATUREZA!!